

**Escritura Particular da 8ª Emissão Pública de Debêntures,  
Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real,  
da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.**

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. (a "Emissora"), sociedade de economia mista por ações, com sede e foro na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Mauá, nº 1155, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.979.969/0001-56, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e, representando a comunidade de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** (o "Agente Fiduciário"), instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Sala 514, Bloco 4, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, vêm, por meio desta firmar a presente "Escritura Particular da 8ª Emissão Pública de Debêntures, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A (a "Escritura de Emissão"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura de Emissão é firmada com base na autorização deliberada na Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 03 de janeiro de 2005.

**CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS**

A emissão de debêntures (as "Debêntures") objeto da presente Escritura de Emissão é feita com observância dos seguintes requisitos:

**2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária**

A ata da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora que deliberou sobre a emissão das Debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal do Comércio da cidade de Porto Alegre. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contado da conclusão dos procedimentos de arquivamento, cópia autenticada desta Assembleia Geral Extraordinária.

**2.2. Registro da Escritura de Emissão e Outros Procedimentos Adicionais**

A presente Escritura de Emissão será registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

2.2.1. O Instrumento de Cessão e o Contrato de Penhor deverão ser registrados em Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e, conforme o caso, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM")**

A emissão das Debêntures será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (a "Lei 6385/76"), da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (a "Lei 6404/76"), e de acordo com a Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003 (a "Instrução CVM nº 400"), e com as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**2.4. Registro em Sistema de Liquidação e Custódia**

A emissão das Debêntures será registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT (o "SDT"), administrado pela Andima - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "Andima") e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (a "CETIP"). As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND - Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado pela Andima e operacionalizado pela CETIP.

**2.5. Registro na ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimentos (a "ANBID")**

A emissão das Debêntures deverá ser registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação para as Operações de Colocação e Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

**CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**3.1. Objeto Social da Emissora**

A Emissora tem por objeto social prestar serviços tendentes a auxiliar o Tesouro Estadual na administração da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul (o "Estado"), podendo, para tanto, emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários.

**3.2. Número da Emissão**

A presente Escritura de Emissão constitui a 8ª emissão de debêntures da Emissora, em série única.

**3.3. Montante da Emissão**

O montante da presente emissão é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), observado o disposto no item 3.6 abaixo.

### 3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos efetivos obtidos através da colocação da presente emissão de Debêntures serão depositados, de acordo com o objeto social da Emissora, para aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, do Estado do Rio Grande do Sul, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, mediante contrato de repasse celebrado entre a Emissora e o Estado.

### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição no mercado primário, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDI, utilizando-se o procedimento de distribuição referido no § 3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, segundo plano de distribuição elaborado pelo coordenador, que levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do coordenador da distribuição e da Emissora. O plano de distribuição atenderá a duas fases distintas: (a) coleta de intenções de investimento, na forma do artigo 44 da Instrução CVM nº 400, e (b) aprovação do Spread, conforme definido no item 4.3.3 abaixo, e da quantidade efetiva de Debêntures a ser distribuída pela Emissora, na forma do §1º do artigo 23 e do artigo 30 da Instrução CVM nº 400, com a formalização do respectivo aditamento a essa Escritura de Emissão celebrado na forma do Anexo I.

3.5.2. A subscrição e integralização das Debêntures somente ocorrerão após o implemento cumulativo das seguintes condições: (a) a concessão do registro de distribuição pública pela CVM; (b) a subscrição e integralização do aumento do capital da Emissora com os Direitos Creditórios, conforme definidos na alínea "a" do item 4.1.10 abaixo, e a constituição da Garantia Real de, no mínimo, 188% (cento e oitenta e oito por cento) sobre o valor da emissão a ser distribuída, nos termos do item 4.1.10 abaixo, mediante assinatura e formalizações do "Contrato de Penhor e Arrecadação de Direitos Creditórios" ("Contrato de Penhor"), preparado substancialmente na forma do documento que integra a presente como seu Anexo II, e atendimento ao disposto no item 4.1.12 abaixo; (c) publicação do Anúncio de Início de Distribuição, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data de concessão do referido registro pela CVM; e (d) que o Prospecto Definitivo (o "Prospecto") seja colocado à disposição dos investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada no período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição.

### 3.6. Distribuição Parcial

3.6.1. Nos termos da deliberação societária que autorizou a oferta pública das Debêntures e conforme previsto no art. 30 da Instrução CVM nº 400/03, será permitida a distribuição parcial das Debêntures emitidas, sendo que a oferta das Debêntures em nada será afetada caso estas não sejam subscritas e integralizadas na

sua totalidade, não existindo, portanto, limites mínimos de colocação, conforme previsto no artigo 30 da Instrução CVM nº 400/03. A manutenção desta oferta pública não está condicionada à quantidade mínima de Debêntures subscritas e integralizadas ou montante mínimo de recursos a ser captado pela Emissora por meio desta oferta.

3.6.2. O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à presente oferta a que haja distribuição (i) da totalidade das Debêntures ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures. Aplicar-se-ão ao aqui disposto, as regras constantes dos parágrafos 1º e 2º do artigo 31 da Instrução CVM nº 400/03. A Emissora e/ou o coordenador deverão enviar ao Agente Fiduciário cópias autenticadas dos Boletins de Subscrição, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado de sua assinatura.

### 3.7. Banco Mandatário e Escriturador

O Banco Itaú S.A. será o Banco Mandatário e Escriturador da presente emissão de Debêntures. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia autenticada dos instrumentos jurídicos celebrados com o Banco Mandatário e Escriturador, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado de sua assinatura.

## CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

#### 4.1.1. Valor Total da Emissão

O valor total da emissão é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data da Emissão.

#### 4.1.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal das Debêntures é de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data da Emissão.

#### 4.1.3. Número de Séries

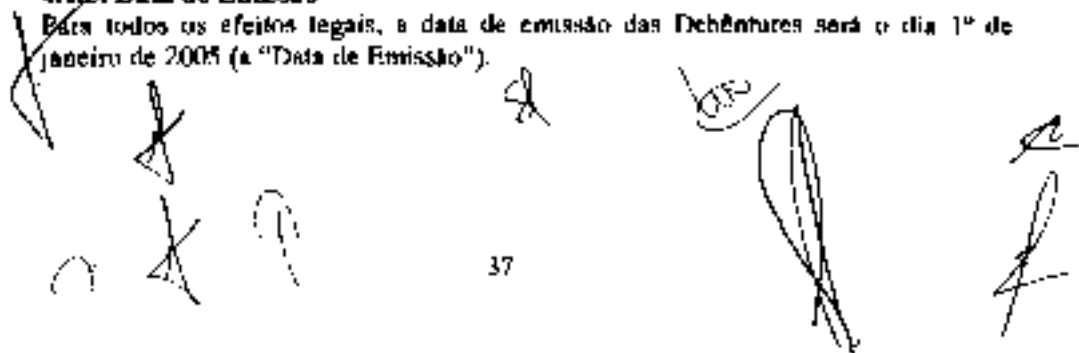
A emissão será feita em série única.

#### 4.1.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

#### 4.1.5. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de janeiro de 2005 (a "Data de Emissão").



#### 4.1.6. Prazo e Data de Vencimento

O prazo das Debêntures será de 23 (vinte e três) meses, vencendo-se, portanto, em 1º de dezembro de 2006, ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu valor nominal não amortizado, acrescido da Remuneração calculada na forma do item 4.3 abaixo, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado.

#### 4.1.7. Forma

As Debêntures serão da forma nominativa escritural.

#### 4.1.8. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriutor e pela instituição depositária das Debêntures para os títulos depositados no SND. Adicionalmente, será expedido pelo SND o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos.

#### 4.1.9. Convertibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora.

#### 4.1.10. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real, a ser constituída e regulada no Contrato de Penhor (a "Garantia Real"), representada por:

- a) penhor de direitos creditórios de titularidade da Emissora, consubstanciados pelo direito ao recebimento da fração equivalente a 63,75% (sessenta e três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) do fluxo financeiro decorrente das parcelas relativas aos créditos tributários relacionados ao ICMS - Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, devidos pelos contribuintes, que constitui receita própria do Estado, nos termos da Lei Estadual nº 6.537, de 27 de fevereiro de 1973, do Decreto Estadual nº 40.145, de 21 de junho de 2000, do Decreto Estadual nº 41.858, de 27 de setembro de 2002, e do Decreto Estadual 42.633, de 7 de novembro de 2003, com vencimento entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2006, em fase administrativa ou judicial (os "Direitos Creditórios"), cedidos pelo Estado à Emissora a título de contrapartida da integralização, pelo Estado, de ações emitidas pela Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios para Fins de Integralização de Ações em Aumento de Capital", a ser celebrado entre o Estado, a Emissora, a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS (a

"PROCERGS") e o Bannisl (o "Instrumento de Cessão"), preparado substancialmente na forma do Anexo III, e dos recursos, em moeda corrente nacional, decorrentes do pagamento, pelos contribuintes, dos referidos Direitos Creditórios, independentemente de onde tais verbas encontrem-se depositadas:

- b) penhor dos direitos creditórios de titularidade da Emissora junto ao Bannisl, referentes aos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à conta corrente nº 09.274903 0.1 da agência 0100 de titularidade da Emissora, destinada à arrecadação dos valores decorrentes dos Direitos Creditórios (a "Conta de Arrecadação");
- c) penhor dos direitos creditórios de titularidade da Emissora junto ao Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001 (o "Banco Itaú") referentes aos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à conta corrente nº 49434-9 da agência nº 2001 de titularidade da Emissora, onde esta deve efetuar o depósito dos valores a serem utilizados no pagamento das Debêntures (a "Conta do Banco Mandatário"); e
- d) penhor dos direitos creditórios de titularidade da Emissora junto ao Banco Itaú S.A., referentes aos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à conta corrente nº 49433-1 da agência nº 2001 de titularidade da Emissora (o "Fundo de Amortização"), conforme disposto no item 4.13 abaixo.

4.1.11. Enquanto existirem Debêntures em circulação, o valor mínimo da Garantia Real deve ser equivalente a 188% (cento e oitenta e oito por cento) do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, observado o critério *pro-rata temporis*. De forma a verificar-se o enquadramento, pela Emissora, ao parâmetro acima estabelecido, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão calcular, no 12º (décimo segundo) dia de cada mês calendário (a "Data de Verificação"), o Índice de Garantia Real (o "IGR"), por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$IGR = \frac{(IX - VDCR + VCA + VFA + 11,88\% \cdot RRE)}{SDR}$$

onde:

IGR  
VDC

Índice de Garantia Real, calculado na Data de Verificação.  
Valor dos Direitos Creditórios apurado para o último dia útil

	do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, observado o critério de cálculo previsto nos "Critérios de Precificação dos Direitos Creditórios" que constitui o Anexo IV ao presente (os "Critérios de Precificação")
VDCR	Valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tenha sido resolvida e ainda não aperfeiçoada, na forma do inciso 6.3. do Instrumento de Cessão, apurado para o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, observado o critério de cálculo previsto nos Critérios de Precificação.
VCA	Valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta de Atrecadação, apurado para o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.
VFA	Valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados ao Fundo de Amortização, apurado para o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.
VCBM	Valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta de Banco Mandatário, apurado para o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.
RRE	Valor da Reserva de Remuneração Esperada, apurado para o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, na forma do item 4.1.13 abaixo.
SDR	Somatório do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, apurada para o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.

4.1.12. Enquanto existirem Debêntures em circulação, o IGR apurado na forma do item 4.1.11 acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, 1,88 (um inteiro e oitenta e oito centésimos). Caso o valor do IGR seja inferior a 1,88 (um inteiro e oitenta e oito centésimos), em qualquer Data de Verificação, a Emissora se obriga a recompor a garantia prestada, observado o disposto no inciso 2.11 do Contrato de Penhor.

4.1.13. Para efeito do disposto no item 4.1.11 acima, a reserva de remuneração esperada (a "RRE") será apurada, em cada Data de Verificação, de acordo com a seguinte expressão:

$$NRE = \left[ (1 + Desc)^n - 1 \right] \times SDR, \text{ onde:}$$

**Desc** Valor em forma decimal ao ano equivalente a diferença entre a (i) Taxa da debênture e (ii) a taxa média de remuneração dos Direitos Creditórios, apurada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, de acordo com a seguinte expressão:  $Desc = Taxa da debênture - (TJLP \times 0,25 + 12\% \times 0,75)$ , onde: TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, expressa na forma decimal ao ano, apurada e divulgada pelo Banco Central do Brasil - Bacen, vigente no último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação e; Taxa da debênture = Taxa de Remuneração das Debêntures, apurada no último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$Taxa da debênture = \left( \frac{Taxa DI}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right) - 1, \text{ onde:}$$

Taxa DI = Taxa DI do último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, expressa na forma percentual ao ano; Spread = valor do Spread definido no item 4.3.3, desta Cláusula, expresso na forma percentual ao ano. Sendo que: se Desc menor que 0 (zero), então Desc igual a 0 (zero).

**SDR** Somatório do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, apurada para o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.

4.1.14. Os recursos decorrentes do pagamento, resgate ou alienação dos títulos financeiros, presentes ou futuros, e quotas de fundos de investimento, adquiridos, pela Emissora, com os recursos cursados na Conta de Arrecadação, no Fundo de Amortização e na Conta de Banco Mandatário, deverão ser obrigatoriamente creditados nas contas correntes de origem. Caberá ao Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Penhor, previamente à movimentação das verbas depositadas nas contas correntes acima referidas, tomar todas as medidas necessárias de forma a verificar que (a) as instituições financeiras custodiantes ou emissoras dos ativos em questão cumpram o acima previsto e (b) os respectivos bens e direitos encontrem-se



devidamente empenhados em favor dos titulares das Debêntures, nos termos do Contrato de Penhor e da legislação em vigor.

4.1.15. A Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretroatável, a realizar todo e qualquer ato, enviar correspondências, assinar e entregar qualquer tipo de documento ou declaração, que venha a ser solicitado pelo Agente Fiduciário, necessário ao aperfeiçoamento e formalização do penhor dos bens e direitos vinculados à Garantia Real.

#### 4.1.16. Índice de Valor Presente

Enquanto existirem Debêntures em circulação, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão calcular, em cada Data de Verificação, o Índice de Valor Presente (o "IVP"), de acordo com a seguinte expressão:

$$IVP_m = \frac{\left( \frac{VDC_m}{TD_m} \right)}{VAM_{m+1}} \text{ sendo:}$$

$$TD_m = \left( \frac{DI_m}{100} + 1 \right)^{\frac{d}{360}} \times \left( 1 + \frac{\text{spread}}{100} \right)^{\frac{d}{360}}$$

onde:

IVP<sub>m</sub>

Índice do Valor Presente, calculado em cada Data de Verificação.

VDC<sub>m</sub>

Valor dos Direitos Creditórios cuja data de vencimento ocorra no mês calendário da respectiva Data de Verificação, apurado no sistema GCC - Gestão de Créditos CADIP, processado pela PROCERGS, observados os Critérios de Precificação.

TD<sub>m</sub>

Taxa de desconto para o mês calendário da respectiva Data de Verificação.

DI<sub>m</sub>

Taxa DI do dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, expressa na forma de percentual ao ano.

~~VAM<sub>m+1</sub>~~

Valor da parcela de amortização das Debêntures em circulação, devida no primeiro dia do mês subsequente à respectiva Data de Verificação, conforme definido no item 4.7 desta

130

#### Cláusula.

dm

Número de dias úteis decorridos entre o 1º (primeiro) dia útil do mês da respectiva Data de Verificação e o 1º (primeiro) dia útil do mês calendário imediatamente seguinte.

4.1.17 Enquanto existirem Debêntures em circulação, o IVP, apurado na forma do item 4.1.16 acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, 1,2 (um inteiro e vinte centésimos).

#### 4.2. Atualização do Valor Nominal

O valor nominal das Debêntures não será atualizado monetariamente.

#### 4.3. Remuneração

Cada Debênture fará jus ao recebimento de juros remuneratórios (a "Remuneração") correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada do Spread, na forma estabelecida no item 4.3.3 abaixo, incidentes sobre o saldo do valor nominal não amortizado de cada Debênture, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = \{ SYN \times [(FamDI \times FazorSpread) - 1] \}$$

onde:

R	valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
Período de Capitalização	intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do 1º Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento da Remuneração do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade; e
Subperíodo de Capitalização	prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que: o 1º Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na

SVN

mesma data de vencimento do respectivo Período de Capitalização; e as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias úteis decorridos para a Taxa DI e para o Spread, se necessário, até a data do efetivo pagamento da Remuneração, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

Fator DI

saldo do valor nominal não amortizado de cada Debênture no início do respectivo Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

produtório das Taxas DI, desde a data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, sendo que:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left[ 1 + \left( \text{TDI}_k \times \frac{\text{PM}}{100} \right) \right], \text{ onde: } n \text{ DI número total de}$$

taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;  $\text{TDI}_k$  Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com

arredondamento, sendo que:  $\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{360}{dk}} - 1$ , onde: k

= 1, 2, ..., n  $\text{DI}_k$  Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais; dk número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo "dk" um número inteiro; PM 100,00 (cem);

Fator Spread

Sobre taxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, sendo que:

$$\text{Fator Spread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{n}} \right], \text{ onde: Spread definido}$$

conforme o item 4.3.3, n número de dias úteis entre a data do próximo pagamento de Remuneração e a data de pagamento da Remuneração anterior, sendo "n" um número inteiro; e N 252 dias úteis.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

- O fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( TM_d \times \frac{FM}{100} \right) \right]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

- Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TM_d \times \frac{FM}{100} \right) \right]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

#### 4.3.1. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será devida no 1º dia de cada mês, sendo a 1ª Remuneração devida em 1º de fevereiro de 2005 e a última em 1º de dezembro de 2006.

#### 4.3.2. Não Divulgação, Extinção ou Impossibilidade Legal de Utilização da Taxa DI

Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.3.2.1. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, extinção da Taxa DI ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares.

4.3.2.2. Na impossibilidade de substituição da Taxa DI nos termos do item 4.3.2.1 acima, será mantida provisoriamente a última Taxa DI divulgada no cálculo da Remuneração para efeito de qualquer evento de pagamento relativos às Debêntures. Nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de titulares das Debêntures, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data do evento que lhe der causa, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial das Debêntures à qual será aplicado o Spread fixado no item 4.3.3 abaixo, de forma a preservar o valor real da Remuneração das Debêntures. Aprovada a substituição, a mesma será aplicada seguindo as regras determinadas pela Assembleia, apurando-se as diferenças credoras e devedoras, com relação a eventos pagos neste período, a serem compensadas nos

próximos eventos. Caso a substituição não seja aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, as mesmas deverão ser submetidas aos procedimentos definidos no item 4.9. abaixo.

#### 4.3.3. Spread

O *spread* a ser acrescido a Taxa DI, base 252 dias úteis, será fixado após apuração da coleta de intenções de investimento no curso do processo de *bookbuilding* (o "*Spread*").

#### 4.4. Repactuação

Não haverá processo de repactuação para as Debêntures.

#### 4.5. Limite da Emissão

A presente emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, com as garantias reais representando, no mínimo, 125% do valor total da emissão.

#### 4.6. Subscrição

##### 4.6.1. Prazo de Subscrição

As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 3.5.2 acima.

##### 4.6.2. Preço de Subscrição

O preço de subscrição de cada Debênture será equivalente ao saldo não amortizado de seu valor nominal, acrescido da Remuneração calculada desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva integralização.

##### 4.6.3. Integralização

A integralização das Debêntures será feita à vista no ato da subscrição.

##### 4.6.4. Forma de Pagamento

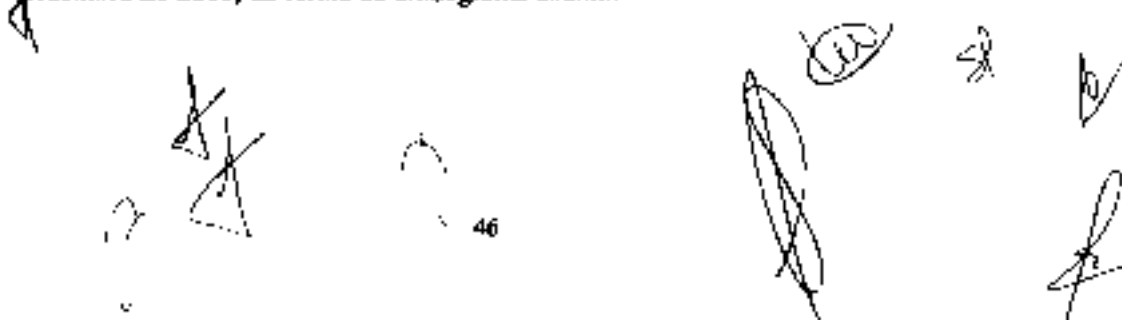
As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional.

##### 4.6.5. Direito de Preferência

Não haverá direito de preferência para os acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

#### 4.7. Cronograma de Amortização

As Debêntures serão amortizadas em 21 (vinte e uma) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 1º de abril de 2005 e a última em 1º de dezembro de 2006, na forma do cronograma abaixo:



(A)	(B)	(C)	(D)
Amortização "n"	"Data de Pagamento das Amortizações"	Amortização por Debitore R\$	Saldo do Valor Nominal Unitário após a amortização "n" R\$
	01/03/05	0,000000	1.000,000000
1	01/04/05	40,000000	960,000000
2	01/05/05	48,000000	912,000000
3	01/06/05	48,000000	864,000000
4	01/07/05	48,000000	816,000000
5	01/08/05	48,000000	768,000000
6	01/09/05	48,000000	720,000000
7	01/10/05	48,000000	672,000000
8	01/11/05	48,000000	624,000000
9	01/12/05	48,000000	576,000000
10	01/01/06	48,000000	528,000000
11	01/02/06	48,000000	480,000000
12	01/03/06	48,000000	432,000000
13	01/04/06	48,000000	384,000000
14	01/05/06	48,000000	336,000000
15	01/06/06	48,000000	288,000000
16	01/07/06	48,000000	240,000000
17	01/08/06	48,000000	192,000000
18	01/09/06	48,000000	144,000000
19	01/10/06	48,000000	96,000000
20	01/11/06	48,000000	48,000000
21	01/12/06	48,000000	-
<b>Total Amortizado</b>		<b>1.000,000000</b>	

4.7.1. Na hipótese de serem creditados na Conta de Arrecadação valores decorrentes do pagamento antecipado de parcelas dos Direitos Creditórios de titularidade da Emissora, tais recursos serão depositados no Fundo de Amortização. Observado o procedimento previsto no item 4.2. do Contrato de Penhor, o Agente Fiduciário poderá autorizar, por escrito, a transferência de tais recursos para a Conta Movimento. A Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário, por escrito, o depósito dos respectivos valores no Fundo de Amortização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado da data em que tomar conhecimento da ocorrência do respectivo evento.

#### 4.8. Eventos de Avaliação

4.8.1. São considerados eventos de avaliação (os "Eventos de Avaliação"), sujeitos aos procedimentos definidos nos itens 4.8.2 e seguintes abaixo, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) existência de quaisquer títulos emitidos pela Emissora que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor

unitário ou total seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, suspensão de seus efeitos ou, ainda, sejam prestadas garantias adequadas em juízo;

- b) existência de indícios de que a Emissora se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação de natureza financeira em que a mesma seja a principal pagadora ou garantidora e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação;
- c) caso a Emissora deixe de atender aos limites mínimos fixados para o IGR, em qualquer Data de Verificação, e tal evento não seja integralmente sanado pela Emissora até o penúltimo dia útil do mês calendário em que se verificar o desequilíbrio, inclusive;
- d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, inclusive aquelas relativas à constituição do Fundo de Amortização, nos termos do Contrato de Penhor, que não seja integralmente sanado pela Emissora no prazo de 15 (quinze) dias contado da data de recebimento de comunicação enviada pelo Agente Fiduciário comunicando-a da ocorrência do evento;
- e) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista no Contrato de Penhor, que não seja integralmente sanado pela Emissora nos prazos ali estabelecidos;
- f) descumprimento, pelo Bannisul e/ou pela PROCERGS, de qualquer de suas respectivas obrigações previstas no Contrato de Penhor, que não seja integralmente sanado nos prazos ali estabelecidos;
- g) caso, em 3 (três) Datas de Verificação consecutivas, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios que tenham sua cessão resolvida, nos termos do Instrumento de Cessão, no período compreendido entre a respectiva Data de Verificação e a Data de Verificação imediatamente anterior, seja igual ou superior a 3% (três por cento) do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios cedidos até a Data de Verificação imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação;

- h) caso o IVP não atenda ao disposto no item 4.1.17 por 2 (dois) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados;

- i) caso seja verificado pelo Agente Fiduciário, considerando-se os resultados dos procedimentos de auditoria definidos no inciso 2.13 do Contrato de Penhor, que, parcela equivalente a, no mínimo, 2,5% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) do somatório do saldo do valor nominal dos Direitos Creditórios cedidos pelo Estado à Emissora, que integram a Garantia Real, esteja em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- j) caso a legalidade da cessão dos Direitos Creditórios do Estado para a Emissora, nos termos do Instrumento de Cessão, venha a ser judicial ou administrativamente questionada ou arguida e tal evento possa impedir ou restringir o pontual pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- k) caso a legalidade da emissão das Debêntures venha a ser judicial ou administrativamente questionada ou arguida e tal evento impeça ou restrinja o pontual pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- l) caso ocorra o inadimplemento do Estado e/ou a declaração do vencimento antecipado de suas obrigações assumidas em qualquer dos instrumentos jurídicos perfilados no anexo VI do Instrumento de Cessão e tal descumprimento não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias contado da data de ocorrência do respectivo evento;
- m) caso seja ajuizada contra a Emissora qualquer ação, ou conjunto de ações, de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- n) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Emissora, cujo valor de referidos bens seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- o) caso ocorra a concessão de qualquer Medida Cautelar, incluindo a Medida Cautelar Fiscal de que trata a Lei nº 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Emissora;
- p) rebaixamento em mais de três níveis da classificação de risco outorgada às Debêntures, sempre se considerando a tabela de classificação da agência responsável pela emissão da nota;
- q) caso, no período de 60 (sessenta) dias imediatamente anterior a cada Data de Verificação, os valores creditados na conta vinculada ao Fundo de



Amortização, nos termos do item 4.7.1. acima, sejam iguais ou superiores ao valor da próxima amortização de principal das Debêntures, prevista na coluna "C" da tabela do Item 4.7 desta Escritura de Emissão; e

- r) caso, durante o período de 6 (seis) meses imediatamente anterior a cada Data de Verificação, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade da Emissora, pagos pelos contribuintes, diretamente ao Estado, por meio dos procedimentos de compensação de tributos previstos no Decreto Estadual nº 37.699/97, sejam iguais ou superiores a 15% (quinze por cento) do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios cedidos pelo Estado à Emissora, nos termos do Relatório de Cassão.

4.8.2. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que esta tomar conhecimento do evento.

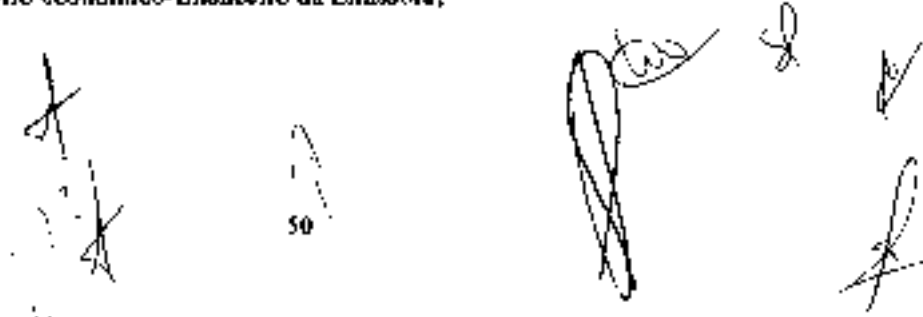
4.8.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Agente Fiduciário convocará, em até 2 (dois) dias da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia de Debenturistas, para que seja avaliado o grau de comprometimento da Emissão.

4.8.4. Caso, na Assembleia referida no item 4.8.3 acima, debenturistas, titulares da maioria das Debêntures em circulação, deliberem que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada ou Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário procederá imediatamente a amortização antecipada na forma do item 4.9.2, abaixo.

#### **4.9. Eventos de Amortização Antecipada**

4.9.1. São considerados eventos de amortização antecipada (os "Eventos de Amortização Antecipada"), sujeitos aos procedimentos abaixo definidos, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária devida aos debenturistas prevista nesta Escritura de Emissão, que não seja integralmente sanada pela Emissora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da data de vencimento da respectiva obrigação;
- b) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro da Emissora;



11111

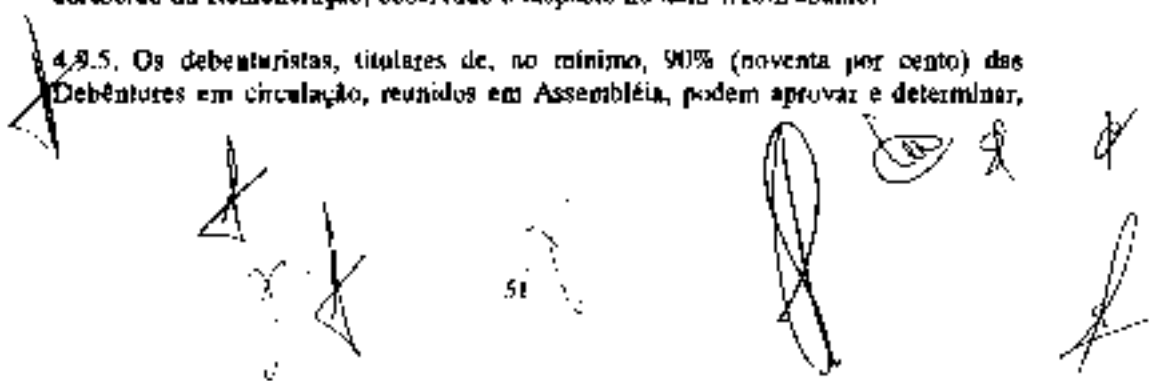
- c) caso a Emissora deixe de atender aos limites mínimos fixados para o Fundo de Amortização, em qualquer Data de Verificação, e tal evento não seja sanado até a Data de Verificação imediatamente subsequente;
- d) caso a Taxa DI divulgada seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- e) rescisão, por qualquer motivo, do Quarto Aditivo ao "Termo de Contrato de Prestação de Serviços Contínuos nº 02/1/148, Expediente nº 31483-14 00/02-0, celebrado em 5 de novembro de 2002"; e
- f) rescisão, por qualquer motivo, do Instrumento de Cessão e/ou do Contrato de Penhor.

4.9.2. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada, enquanto esse evento não for interrompido na forma prevista no item 4.9.5 abaixo, o Agente Fiduciário providenciará a utilização dos recursos depositados no Fundo de Amortização e na Conta de Arrecadação, disponíveis ou que venham a ser creditados diariamente por conta da arrecadação futura dos Direitos Creditórios de titularidade da Emissora, na amortização extraordinária, parcial ou total, do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração. Os recursos acima referidos deverão ser inicialmente imputados no pagamento da Remuneração proporcional a todas as Debêntures e posteriormente na amortização do saldo do valor nominal não amortizado proporcional a todas as Debêntures.

4.9.3. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que tomar conhecimento da ocorrência do evento. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, o Agente Fiduciário convocará, em até 2 (dois) dias da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia, para que seja avaliado o grau de comprometimento da Emissão.

4.9.4. Caso, na Assembleia referida no item 4.9.3 acima, debenturistas, titulares da maioria das Debêntures em circulação, deliberem que o Evento de Amortização Antecipada constitui um Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário manterá, independentemente de qualquer outro procedimento adicional, a amortização antecipada do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, observado o disposto no item 4.10.2 abaixo.

4.9.5. Os debenturistas, titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia, podem aprovar e determinar,

A collection of handwritten signatures and initials, including a large stylized 'A' on the left, a signature in the center, and several other marks on the right side of the page.

sem prejuízos dos atos e medidas tomadas pelo Agente Fiduciário até então, a interrupção dos procedimentos de amortização antecipada das Debêntures previsto no item 4.9.2 acima, caso entendam não haver comprometimento da Emissão de Debêntures.

#### 4.10. Eventos de Vencimento Antecipado

4.10.1. São considerados eventos de vencimento antecipado (os "Eventos de Vencimento Antecipado"), sujeitos aos procedimentos abaixo definidos, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) protocolo de pedido de concordata, autofalência, ou reorganização societária da Emissora;
- b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- c) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Baurisul;
- d) a concessão de autorização para apresentação, pela Emissora, de pedido de concordata, preventiva e/ou para a confissão de falência ou evento equivalente;
- e) concessão de autorização para a redução de capital da Emissora e/ou a negociação, a qualquer título, pela Emissora, com ações de sua emissão, que não seja previamente aprovado por debenturistas, reunidos em Assembleia Geral, titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação; ou
- f) deliberação, em Assembleia de Debenturistas, que qualquer dos Eventos de Avaliação ou dos Eventos de Amortização Antecipada constitui um Evento de Vencimento Antecipado.

4.10.2. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que tomar conhecimento da ocorrência do evento. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, acrescidos dos demais encargos, e tomar todas as medidas cabíveis à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos debenturistas, mantendo ou iniciando os procedimentos de amortização antecipada previstos no item 4.9.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá do cumprimento

das obrigações acima referidas caso assim seja deliberado por debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

#### **4.11. Condições de Pagamento**

##### **4.11.1. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, ou, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no referido sistema, pela instituição financeira contratada para este fim.

##### **4.11.2. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida pela Emissora até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, respeitado o cálculo da Remuneração na forma disposta no Item 4.3 e seus subitens até o dia útil do pagamento efetivo.

##### **4.11.3. Encargos Moratórios**

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos, além da remuneração prevista nos termos desta Escritura, à multa, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos incidentes sobre os valores em atraso, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

##### **4.11.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo ao disposto no 4.11.3 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.12. Comunicações**

##### **4.12.1. Publicidade**

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal do Comércio de Porto Alegre, exceção feita aos Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição, que serão publicados apenas no jornal "Valor Econômico". A Emissora obriga-se a

desempenho das funções, respeitando o limite definido com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures; e

- d) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, desde que necessários à defesa dos interesses dos titulares das Debêntures.

7.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger os direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures, que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

## CLÁUSULA VIII - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

### 8.1. Convocação

A assembleia dos debenturistas (a "Assembleia dos Debenturistas" ou a "Assembleia") pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

### 8.2. Quorum de Instalação

A Assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares das Debêntures que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares das Debêntures.

### 8.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### 8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da Assembleia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, sendo admitida a constituição do mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por debenturistas representado, pelo menos, a maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembleia, à exceção de (a) qualquer modificação às condições das Debêntures e da Garantia Real, definidas na Cláusula IV supra, a qual deverá ser aprovada por debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação e (b) outros quorums específicos expressamente previstos neste instrumento.

enviar ao Agente Fiduciário, via fac-símile, na data de sua publicação, cópia de qualquer dos avisos acima referidos.

**4.12.2. Notificações**

4.12.2.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos da Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas igualmente para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.  
Av. Mauá, 1.155 - 5º andar  
CEP: 90030-080 - Porto Alegre - RS  
At. Diretor de Relações com Investidores  
Sr. Leonildo Milgon  
Telefone: (51) 3214 5130  
Fac-símile: (51) 3214 5135  
E-mail: olavom@sefaz.rs.gov.br

**Para o Agente Fiduciário:**

Agente Fiduciário  
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Avenida das Américas, nº 4.200, Sala 514, Bloco 4  
CEP: 22640-102 - Rio de Janeiro - RJ  
Sr. Maurício Ribeiro  
Telefone: 21 3385-4565  
Fac-símile: 21 3386-4046  
E-mail: pentagono@pentagonotrustee.com.br

**Para o Banco Mandatário e Escriturador:**

Banco Itaú S.A.  
Avenida Engº. Armando de Arruda Pereira, nº 707, 9º andar  
CEP: 04344-902 - São Paulo - SP  
At. José Idelfonso Nieri / Jose Loureiro  
Telefone: (11) 5029-1906  
Fac-símile: (11) 5029-1917  
E-mail: jose.nieri@itau.com.br <mailto:jose.nieri@itau.com.br>

**Para a CETIP:**

Câmara de Custódia e Liquidação  
Rua Líbero Baduró, 425, 24º andar  
CEP: 01009-000 - São Paulo - SP  
At. Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3115-1664

**Para o Baurisul:**

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.  
CEP: 90018-900 - Porto Alegre - RS  
At: Paulo Franz Telefone: (51) 3215-2936  
Fac-símile: (11) 3215-1707  
email Paulo\_Franz@baurisul.com.br

**Para a Moody's América Latina Ltda.**

Av. Nações Unidas, 12.551 - 17º andar  
CEP: 05478-903 - São Paulo - SP  
At: Sr. Roberto Watanabe  
Telefone: (11) 3443-7444  
Fac-símile: (11) 3443-7595  
e-mail: Roberto.Watanabe@moody.com

4.12.2.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via e-mail ou por outro meio de transmissão eletrônica. Será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio transmissão eletrônica, ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação. Os originais dos documentos enviados por meio de fac-símile ou e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

4.12.2.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada por cada parte às demais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do evento.

**4.13. Fundo de Amortização**

4.13.1. A Emissora constitui neste ato, de forma irrevogável e irretirável, para todos os fins de direito, um Fundo de Amortização para as Debêntures da presente Emissão, representado por todo e qualquer recurso ou aplicação financeira, mantido e/ou vinculado à conta corrente nº 49433-1 da agência nº 2100, de sua titularidade, mantida junto ao Banco Itaú, na forma do Artigo 55 da Lei nº 6404/76.

4.13.1.1 A Emissora deverá, no prazo máximo de 2 (dois) meses contado da Data de Emissão, destinar a totalidade das verbas cursadas na Conta de Arrecadação para a constituição do Fundo de Amortização, até que os recursos, em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados ao Fundo de Amortização, atinjam o valor mínimo estabelecido no item 4.13.2.

4.13.2 Observado o disposto no item 4.15 abaixo, a Emissora, até o resgate integral das Debêntures, deverá manter depositados no Fundo de Amortização recursos, em moeda corrente nacional e/ou aplicações financeiras vinculadas ao Fundo de Amortização, em montante igual ou superior ao menor valor entre: (a) o somatório das 2 (duas) próximas parcelas de amortização das Debêntures, previstas na coluna "C" da tabela do item 4.7 da Escritura de Emissão, e da respectiva Remuneração devida, ou (b) 50% (cinquenta por cento) do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, os quais deverão ser razoavelmente projetados, pela Emissora, até suas datas de pagamento, considerando-se as taxas de juros em vigor em cada Data de Verificação e o critério *pro-rata temporis*. Caberá ao Agente Fiduciário verificar o enquadramento do Fundo de Amortização aos limites mínimos acima estabelecidos.

4.13.3. Caso, em qualquer Data de Verificação, o valor mantido no Fundo de Amortização seja inferior aos montantes mínimos definidos no item 4.13.2 acima, o Agente Fiduciário, agindo por conta e ordem da Emissora, deverá, até a Data de Verificação imediatamente subsequente, transferir recursos da Conta de Arrecadação para a conta corrente do Fundo de Amortização, em montante suficiente para efetuar o seu reequilíbrio.

4.13.4. O Agente Fiduciário deverá determinar a utilização dos recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados ao Fundo de Amortização, no pagamento do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures e da Remuneração devidos aos titulares das Debêntures, caso, no dia útil imediatamente anterior a data de pagamento das respectivas obrigações, a Emissora não conte com recursos suficientes na Conta de Banco Mandatário necessários ao pagamento integral e tempestivo das respectivas obrigações.

4.13.5. Os recursos mantidos no Fundo de Amortização integram, de forma irrevogável e irretirável, a Garantia Real prestada em favor dos titulares das Debêntures, e deverão ser fiscalizados pelo Agente Fiduciário, na forma do Contrato de Penhor.

4.13.6. O Agente Fiduciário deverá determinar a utilização dos recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados ao Fundo de Amortização, observadas as disposições desta Escritura de Emissão e os termos e as condições do Contrato de Penhor.



#### **4.14. Conta de Arrecadação**

4.14.1. A Emissora constitui neste ato, de forma irrevogável e irretirável, para todos os fins de direito, a conta corrente nº 09.274903.0.1 da agência nº 0100, de sua titularidade, mantida junto ao Bravisul, como Conta de Arrecadação, para a qual serão exclusivamente destinados os recursos arrecadados pelo Bravisul, nos termos do Contrato de Penhor, decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios.

4.14.2. Os recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados à Conta de Arrecadação, integram a Garantia Real prestada em favor dos titulares das Debêntures e deverão ser fiscalizados pelo Agente Fiduciário, na forma do Contrato de Penhor.

4.14.3. O Agente Fiduciário deverá determinar a utilização dos recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados à Conta de Arrecadação, observados as disposições desta Escritura de Emissão e os termos e as condições do Contrato de Penhor.

4.14.4. Observado o disposto no item 4.15 abaixo, o Agente Fiduciário deverá determinar que os recursos disponíveis na Conta de Arrecadação sejam transferidos pelo Bravisul para a Conta de Banco Mandatário até que o saldo da referida conta seja equivalente ao valor integral da próxima amortização do valor nominal e da Remuneração devidas aos titulares das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.14.5. Observado o disposto no item 4.15 abaixo, caso seja verificado o excesso de recursos na Conta de Arrecadação, na conta do Fundo de Amortização e a integridade da Garantia Real, o Agente Fiduciário poderá autorizar, por escrito e após a transferência, para a Conta de Banco Mandatário, dos recursos suficientes para o pagamento da subsequente amortização do saldo do valor nominal e da Remuneração devidos aos titulares das Debêntures, a transferência dos valores excedentes para a Conta de Movimento, conforme definida no Contrato de Penhor.

#### **4.15. Da Ordem de Aplicação de Recursos**

Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios deverão ser transferidos pelo Agente Fiduciário, agindo por conta e ordem da Emissora, observados os termos e as condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor, após seu crédito na Conta de Arrecadação, observada, obrigatoriamente, a seguinte ordem de alocação:

a) no curso ordinário da presente emissão de Debêntures:

- i) pagamento das despesas e custos necessárias à manutenção da boa ordem administrativa e operacional da Emissora;
- ii) depósito na conta corrente vinculada ao Fundo de Amortização até o montante previsto no item 4.13.2 acima;
- iii) observadas as respectivas datas de vencimento, pagamento, total ou parcial, da amortização do valor nominal e da Remuneração devidos aos titulares das Debêntures, por meio da transferência das respectivas verbas para a Conta de Banco Mandatário; e
- iv) transferência para a Conta de Movimento.

b) na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada:

- i) pagamento das despesas e custos necessárias à manutenção da boa ordem administrativa e operacional da Emissora;
- ii) pagamento, total ou parcial, do saldo do valor nominal e da Remuneração devida aos titulares das Debêntures, por meio da transferência das respectivas verbas para a Conta de Banco Mandatário;
- iii) transferência para a Conta de Movimento, após pagamento integral das Debêntures.

c) na hipótese de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado:

- i) pagamento das despesas e custos necessárias à manutenção da boa ordem administrativa e operacional da Emissora;
- ii) pagamento integral do saldo do valor nominal e da Remuneração devida aos titulares das Debêntures, por meio da transferência das respectivas verbas para a Conta de Banco Mandatário; e
- iii) transferência de eventual saldo para a Conta de Movimento após o pagamento integral das Debêntures.

11

## CLÁUSULA V - DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA E DO RESGATE ANTECIPADO DOS TÍTULOS PELA EMISSORA

### 5.1. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures desta Emissão em circulação, por preço não superior ao do saldo de seu valor nominal não amortizado, acrescido da Remuneração, observado o disposto no § 2º, artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou colocadas novamente no mercado, a critério do Conselho de Administração da Emissora.

### 5.2. Resgate Antecipado

As Debêntures não poderão ser antecipadamente resgatadas.

## CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

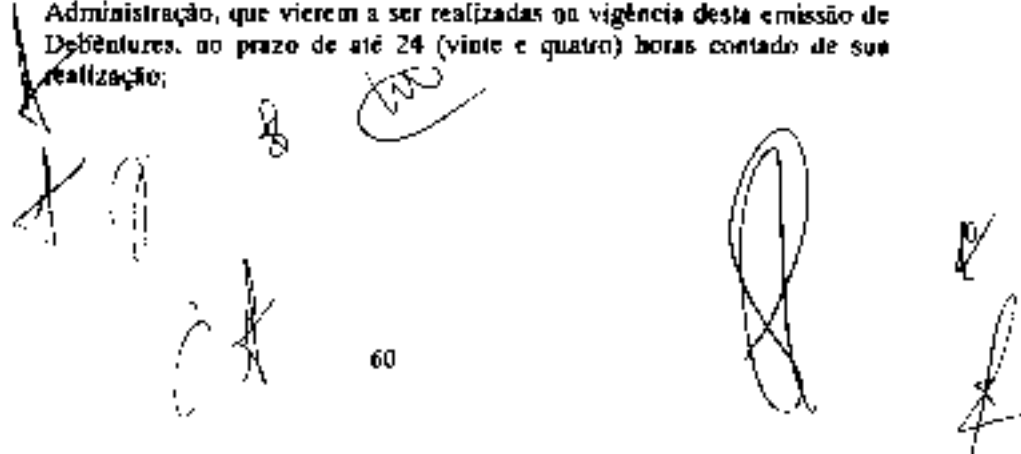
### 6.1. A Emissora se obriga a:

a) fornecer ao Agente Fiduciário e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures:

i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;

ii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos ali previstos;

iii) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais e reuniões do Conselho de Administração, que vierem a ser realizadas na vigência desta emissão de Debêntures, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contado de sua realização;



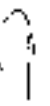
- iv) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.12.1;
- v) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de Debêntures que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
- vi) cópia de qualquer correspondência, notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relacionada a um evento de inadimplência, que possa afetar os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Debêntures, imediatamente após o seu recebimento;
- vii) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas desta emissão no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento das respectivas obrigações;
- viii) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 4.8 a 4.10, imediatamente após a sua ocorrência; e
- ix) retransmitir, em até um dia útil após a sua entrega, pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário previsto na alínea "o" do item 7.4; e
- x) na mesma data em que as informações e documentos elaborados pela agência de classificação de risco sejam colocados à disposição da Emissora, inclusive atualizações e súmulas.
- b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como dar ao Agente Fiduciário ou seus representantes previamente identificados acesso irrestrito:
- i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora;
- ii) a toda e qualquer informação referente à Emissora e seus ativos que seja necessária ao atendimento, pelo Agente Fiduciário, de suas obrigações pactuadas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Perfil;
- iii) aos livros e aos demais registros contábeis e societários da Emissora, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;

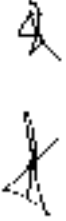
100

- d) convocar a Assembleia de debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão, nos termos do item 8.1 desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- e) custear as despesas necessárias à realização dos procedimentos referidos nos subitens "v" e "x" do item 7.4 desta Escritura de Emissão;
- f) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras à análise de empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- h) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos dos normativos aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e aos titulares das Debênturas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, conforme previsto na Lei nº 6404/76, quando solicitado;
- i) estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos titulares das Debênturas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- k) informar ao Agente Fiduciário, no prazo de 48 horas, a existência de proposta da administração no sentido de pagamento de dividendos superiores ao mínimo previsto na Lei 6404/76.
- l) tomar as medidas necessárias para:
  - i) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões e licenças (inclusive licenças ambientais) necessários para continuar conduzindo seus negócios, dentro do respectivo objeto social;
  - ii) manter em boas condições os bens e ativos utilizados na condução de seus negócios;















- lii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras;
- m) notificar o Agente Fiduciário e a entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- n) informar imediatamente à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem direta ou indiretamente as Debêntures;
- o) informar à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o valor e a data de pagamento de toda e qualquer Remuneração referente às Debêntures;
- p) manter contratada 1 (uma) agência classificadora de risco enquanto existirem Debêntures em circulação;
- q) promover a atualização, no mínimo, anual, da classificação de risco das Debêntures pela respectiva empresa de classificação de risco, a qual deverá ser mantida à disposição dos debenturistas e enviada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado de sua divulgação, à ANBID;
- r) encaminhar, imediatamente, à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e ao Agente Fiduciário e divulgar, na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório contendo o resultado dos procedimentos referidos na alínea "q" acima; e
- s) encaminhar ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado e na forma e nas datas previstas no Contrato de Penhor e no Instrumento de Cessão, as informações sobre a carteira de Direitos Creditórios que compõem a Garantia Real.

## CLÁUSULA VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão objeto da presente Escritura de Emissão, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, acima qualificada, a qual, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a continuação dos titulares das Debêntures.

7.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário desta Emissão é privativo de instituição financeira.

## 7.2. Declaração

O Agente Fiduciário nomeado na presente Escritura de Emissão declara:

- a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas de lei, conforme estabelecido no § 3º do artigo 66 da Lei nº 6.404/76 e nas demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e as atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições; e
- d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e pela CVM.

## 7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro evento de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia de Debenturistas para a deliberação sobre a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la.

7.3.2. Caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes, bem como nas hipóteses previstas no item 7.3.1. retro, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente tal fato aos titulares das Debêntures, pedindo sua substituição.

7.3.3. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos debenturistas.

11.11.2011

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deve ser averbado no registro de comércio onde se encontrar registrada a presente Escritura de Emissão.

7.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício das mesmas até sua efetiva substituição.

7.3.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração pelos serviços a serem por este prestados. O valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (o "IGP-M").

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

#### 7.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de ineptidão, que lhe impeça o exercício de suas funções;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função de Garantia Real;



- e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanados as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sendo que, nesta hipótese, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- g) acompanhar a observância, pela Emissora, da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- i) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- k) convocar, quando necessário, a Assembleia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- l) enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia de Debenturistas;
- m) comparecer à Assembleia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembleia de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia;
- o) elaborar relatório preparado nos termos da alínea "h" do § 1º do artigo 68 da Lei nº 404/76, a ser colocado à disposição dos debenturistas dentro de 4 (quatro)

meses do encerramento do exercício social da Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e sua estrutura de capital;
  - iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - v) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - vi) constituição e aplicações do Fundo de Amortização das Debêntures;
  - vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - ix) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, no Instrumento de Cessão e no Contrato de Penhor;
  - x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- p) elaborar relatório contendo resumo das informações contidas nos relatórios referidos nos subitens "v" a "x" deste item 7.4, o qual deverá ser enviado aos debenturistas, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da entrega dos respectivos relatórios ao Agente Fiduciário;
- q) colocar o relatório de que trata as alíneas "n" e "p" acima à disposição dos titulares das Debêntures, ao menos nos seguintes locais:

- i) na sede da Emissora;
- ii) na sede do Agente Fiduciário.

1000000

- iii) na CVM; e
- iv) na instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- r) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório encontra-se à disposição nos locais indicados na alínea "q" acima;
- s) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- t) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no § 2º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76;
- u) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- v) realizar, às expensas da Emissora, por meio da contratação de empresa de auditoria independente, de renome internacional, no mínimo, trimestralmente, testes estatísticos de forma a verificar que os Direitos Creditórios de titularidade da Emissora na ocasião não sejam objeto das condições resolutiveis da cessão previstas no inciso 6.1. do Instrumento de Cessão;
- w) realizar, às expensas da Emissora, por meio da contratação de empresa de auditoria independente, de renome internacional, no mínimo, trimestralmente, testes estatísticos de forma a verificar que os Direitos Creditórios cedidos à Emissora, nos termos do Instrumento de Cessão, atendem aos critérios de elegibilidade definidos no inciso 4.7 do Instrumento de Cessão;
- x) realizar, às expensas da Emissora, por meio da contratação de empresa de auditoria independente, de renome internacional, caso os procedimentos referidos nos subitens "v" e "w" acima indiquem qualquer desvio ou inconsistência relevante vis-à-vis os resultados esperados, testes estatísticos, de forma a verificar o cumprimento pela PROCERGS e pelo Banrisul de suas respectivas obrigações definidas no Instrumento de Cessão e no Contrato de Penhor;
- y) observar o disposto no inciso 6.5 do Contrato de Penhor quando da movimentação dos recursos depositados na Conta de Arrecadação, no Fundo de Amortização e na Conta de Banco Mandatário;

11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

z) notificar os debenturistas do descumprimento pela Emissora, pelo Estado, pelo Banrisul ou pela PROCERGS de suas respectivas obrigações assumidas nos Documentos da Operação, se possível individualmente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do término do prazo estabelecido no competente Documento da Operação para que seja sanado o respectivo inadimplemento, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. O descumprimento, pela Emissora, de suas obrigações definidas nesta Escritura de Emissão, deverá ser, também, objeto de comunicado de igual teor daquele enviado à CVM e ao SND;

aa) solicitar, no mínimo, mensalmente as informações referidas nos incisos 6.3 e 6.4 do Contrato de Penhor; e

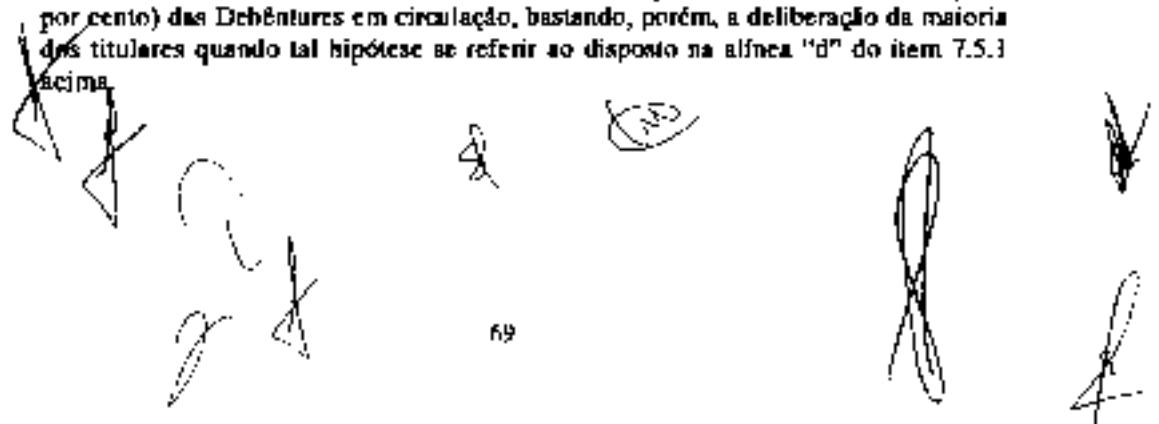
bb) manter back-up das informações entregues ao Agente Fiduciário nos termos do inciso 8.6 do Instrumento de Cessão e dos incisos 6.3 e 6.4 do Contrato de Penhor

### 7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos direitos, interesses e prerrogativas da comunidade dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) executar as garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou parcial das Debêntures;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- d) representar os titulares das Debêntures em processo de falência ou concordata da Emissora.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" do item 7.5.1 se, convocada a Assembleia de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" do item 7.5.1 acima.



7.5.3. Caberá ao Agente Fiduciário o acompanhamento do enquadramento da Garantia Real prestada aos limites mínimos definidos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, mediante as informações colocadas à sua disposição pela Emissora, pelo Barrisul e pelo Banco Mandatário e Escriturador, na forma prevista no Contrato de Penhor.

## 7.6. Remuneração

7.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) parcelas trimestrais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo devida a 1ª (primeira) quando da assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequentes, até o vencimento final da emissão de Debêntures;
- b) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e
- c) os impostos e contribuições incidentes sobre os honorários (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS) serão acrescidos à remuneração do Agente Fiduciário pelas alíquotas vigentes na data dos pagamentos.

7.6.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração a este devida, calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que efetivamente este faz jus, atualizada com base na variação percentual acumulada do IGP-M, desde o pagamento antecipado até a data da efetiva devolução dos valores.

7.6.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos deste item 7.6 acima será atualizada anualmente, a partir de 1º de janeiro de 2005, com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.

7.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa e juros de mora, na forma definida para as obrigações da Emissora nesta Escritura de Emissão.

## 7.7. Despesas

7.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos.

7.7.2. O ressarcimento que se refere o item 7.7.1 acima será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

7.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser por estes previamente aprovadas e adiantadas ao Agente Fiduciário e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures incluem, também, os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer inadimplente com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos titulares das Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

7.7.4. As despesas referidas compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) emissão de certidões;
- c) custos incorridos no transporte de representantes do Agente Fiduciário entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao

8.4.2. Serão excluídas, nas Assembleias Gerais, do quorum de deliberação, as Debêntures em tesouraria da Emissora e de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, do Estado do Rio Grande do Sul, do Bannial e de seus prepostos, diretores, conselheiros ou administradores, incluindo as respectivas sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum.

8.4.3. As alterações dos quorums qualificados estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições previstas no item 8.4.1. acima, deverão ser aprovadas, em qualquer convocação, por debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

## CLÁUSULA IX - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

### 9.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

9.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor e a cumprir com suas obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura e do Contrato de Penhor e o cumprimento de suas obrigações ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário, e
- c) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor constituem uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, ainda, que verificou (a) a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão; e (b) a regularidade da constituição da Garantia Real prestada, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

### 9.2. Declarações e Garantias da Emissora

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, o Instrumento de Cessão e o Contrato de Penhor e a cumprir com suas obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- b) a celebração desta Escritura, do Instrumento de Cessão e do Contrato de Penhor e o cumprimento das obrigações ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- c) esta Escritura de Emissão, o Instrumento de Cessão e o Contrato de Penhor constituem obrigações legais, válidas e vinculantes da Emissora, executível de acordo com os seus termos e condições;
- d) o prospecto preliminar e o Prospecto, relativos à Emissão das Debêntures contém todas as informações relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- e) a celebração da Escritura de Emissão, do Instrumento de Cessão e do Contrato de Penhor e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em:
- i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, e
  - ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles relativos à Garantia Real, ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- f) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 30 de setembro de 2004, representam corretamente a posição financeira da Emissora em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- g) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- h) exceto pelas contingências informadas no prospecto preliminar e no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar



impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e

- i) não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos do § 3º do artigo 66 da Lei nº 6.404/76 e das demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

## CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### 10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer inadimplemento ou atraso.

### 10.2. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## CLÁUSULA XI - DAS DEFINIÇÕES

Os termos e as expressões adotados nesta Escritura de Emissão, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles abaixo atribuídos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural:

- a) "Aditamento" significa o Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Ra Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.;
- b) "Agente Fiduciário" tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão;
- c) "ANHID" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.5;
- d) "Andima" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.4;
- e) "Assembléia" tem o significado que lhe é atribuído no item 8.1;

- f) "Assembléia de Debenturistas" tem o significado que lhe é atribuído no item 8.1;
- g) "Banco Mandatário e Escriturador" significa o Banco Itaú S.A.;
- h) "Banco Itaú" tem o significado que lhe é atribuído na alínea "c" do item 4.1.10;
- i) "Baurisul" significa Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.;
- j) "CETIP" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.4;
- k) "Conta de Arrecadação" tem o significado que lhe é atribuído na alínea "b" do item 4.1.10;
- l) "Conta de Banco Mandatário" tem o significado que lhe é atribuído na alínea "c" do item 4.1.10;
- m) "Conta de Movimento" significa a conta corrente nº 09.236432.9-4 de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 0100 do Baurisul;
- n) "Contrato de Penhor" tem o significado que lhe é atribuído no item 3.5.2;
- o) "Critério de Precificação" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.11;
- p) "CVM" significa a Comissão de Valores Mobiliários;
- q) "Data de Emissão" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.5;
- r) "Data de Verificação" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.11;
- s) "Debêntures" tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 11;
- t) "Direitos Creditórios" tem o significado que lhe é atribuído na alínea "a" do item 4.1.10;
- u) "Documentos da Operação" significa este Instrumento de Cessão, o Contrato de Penhor, a Escritura de Emissão, o Relatório de Cessão, os Relatórios de Direitos Creditórios e os Boletins de Subscrição;
- v) "Emissão" significa a emissão de Debêntures objeto desta Escritura de Emissão;



- w) "Emissora" tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão;
- x) "Escritura de Emissão" tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão;
- y) "Estado" tem o significado que lhe é atribuído no item 3.1;
- z) "Eventos de Amortização Antecipada" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.1;
- aa) "Eventos de Avaliação" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.8.1;
- bb) "Eventos de Vencimento Antecipado" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.10.1;
- cc) "Fundo de Amortização" tem o significado que lhe é atribuído na alínea "d" do item 4.1.10;
- dd) "Garantia Real" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.10;
- ee) "IGP-M" tem o significado que lhe é atribuído no item 7.3.7;
- ff) "IGR" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.11;
- gg) "Instrução CVM nº 400" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3;
- hh) "Instrumento de Cessão" tem o significado que lhe é atribuído na alínea "a" do item 4.1.10;
- ii) "TVI" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.16;
- jj) "Lei 6.385/75" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3;
- kk) "Lei 6.404/76" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3;
- ll) "PROCERGS" tem o significado que lhe é atribuído na alínea "a" do item 4.1.10;
- ~~mm)~~ "Prospecto" tem o significado que lhe é atribuído no item 3.5.2;

- nn) "Relatório de Cessão" significa o documento preparado substancialmente na forma do Anexo IV do Instrumento de Cessão;
- oo) "Remuneração" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3;
- pp) "RRE" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.13;
- qq) "SDT" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.4;
- rr) "SND" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.4;
- ss) "Spread" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.3; e
- tt) "Taxas DT" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes a presente Escritura de Cessão, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Porto Alegre, 03 de janeiro de 2005

EMISSORA:

  
RICARDO ENGLERT, PRESIDENTE

AGENTE FIUCIÁRIO:

  
MARCO AURÉLIO MACHADO  
FERREIRA

  
LÍVIA DOS SANTOS ARBEX

Testemunhas:

Nome: Id.: CPF/MF:

RAULO ROBERTO GOMES FERNANDES  
E 000.43.86-41  
14.338.780-26

Nome: Id.: CPF/MF:

THAIS AZEVEDO DE MELO  
Id. 017.240-1  
CPF 070.983.123-21